

O presidente da União Brasileira dos Empresários, Antônio Oliveira (ao centro) preside a reunião na entidade, em Brasília

UBE apóia proposta de emenda do ^{ou CPA} Centrão sobre indenização progressiva

Da Sucursal de Brasília

Se a proposta de indenização progressiva do Centrão —um salário mensal por ano trabalhado— vier a ser aprovada em plenário, os empresários serão forçados a dispor de um passivo potencial de US\$ 100 a US\$ 150 bilhões para poder atender a todos os trabalhadores do país em caso de demissões em massa, após a aprovação da nova Constituição. A "ressalva" à proposta do Centrão foi feita ontem durante reunião do Conselho Diretor da União Brasileira de Empresários (UBE). Apesar disto, segundo Antônio Oliveira Santos, coordenador da UBE e presidente da Confederação Nacional do Comércio (CNC), a solução encontrada pelo grupo para resolver a questão da estabilidade "atende os objetivos do empresariado".

Segundo Santos, a estabilidade é a principal preocupação dos empresários dentre todas as reivindicações trabalhistas aprovadas na Comissão de Sistematização. Ele postula que o tempo de serviço para o cálculo da indenização comece a ser contado somente a partir da promulgação da nova Constituição. O período de trabalho anterior a esta data, sugere, seria indenizado, em caso de demissão, com o fundo de garantia (FGTS) e mais uma porcentagem superior aos dez por cento pagos atualmente, mas não especificou o valor.

Para Santos, as 44 horas de trabalho estabelecidas pelo projeto atual "estão muito bem". Jornada, pagamento de hora extra em dobro e licença gestante de 120 dias, afirmou, "são questões secundárias". Ressaltou, entretanto, "que o excesso de vantagens" concedidas no texto cons-

titucional à mulher podem ser prejudiciais: "Ela será discriminada na hora da contratação". Outra afinidade do empresariado com o Centrão, lembrou, reside no conceito de empresa nacional. Segundo o grupo suprapartidário, são consideradas nacionais as empresas com sede e administração no país.

Participaram da reunião realizada na sede da Confederação Nacional do Comércio (CNC) o senador Albano Franco, presidente da Confederação Nacional das Indústrias (CNI), Roberto Bornhausen, da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNIF), Alysso Paulinelli, da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), Amaury Temporal, da Confederação das Associações Comerciais do Brasil (CACB) e Camilo Cola, da Confederação Nacional dos Transportes Terrestres (CNTT).

FOLHA DE SÃO PAULO

- 8 JAN 1988